

JOINVILE — FUNDAÇÃO HAMBURGUESA.

Raramente um pesquisador sério se ocupou cientificamente com os primórdios das mais antigas colônias agrícolas alemãs no Brasil. Representa uma exceção a história da fundação da colônia de Petrópolis a qual foi reconstruída, por meio de uma paciente e incansável consulta de documentos pelo sr. Guilherme Auler. Da mesma maneira como a história das origens de Petrópolis, a de Joinvile, por falta de interesse ou por motivos políticos, ficava na obscuridade, atribuindo-se a fundação desta pérola entre as colônias alemãs a uma pretensa iniciativa comum de suíços, noruegueses e alemães, deixando-se nesta enumeração os verdadeiros construtores da "Manchester Catarinense" em último lugar. Cabe ao filho de um grande cientista alemão, ao sr. Carlos Ficker, o mérito das primeiras tentativas de reconstruir as origens de Joinvile, centro da antiga colônia de Dona Francisca, baseando-se êle com as suas pesquisas exclusivamente em documentos. Demonstrara que a Colônia de Dona Francisca deve, de fato, as suas origens exclusivamente a uma iniciativa alemã, cabendo aos poucos suíços e ao número ainda menor de noruegueses, colonos arribados que se encontravam em caminho à Austrália, o papel secundário de simples colonos na formação daquele laborioso centro do Brasil meridional.

E' o que está sendo agora confirmado insofismavelmente por um estudo erudito do conhecido catedrático da universidade de Göttingen, o professor Percy Ernst Schramm, trabalho êste que há pouco foi publicado no primeiro número do nôvo **Anuário para a História do Estado, Economia e Sociedade Latino-Americana**, sob o título **Die deutsche Siedlungskolonie Dona Francisca im Rahmen gleichzeitiger Projekte und Verhandlungen** (O estabelecimento colonial de Dona Francisca no âmbito de projetos e negociações simultâneos). Já em 1841 o síndico Dr. Karl Sieveking, da então Cidade Livre (e independente) de Hamburgo, encarregara o comerciante hamburguês Adolph Schramm, estabelecido em Maruim, no Sergipe, e o

qual o acompanhara em 1827 ao Rio quando aquela cidade firmara com o Império brasileiro um tratado de comércio, que elaborasse um relatório pormenorizado àcerca das possibilidades da formação de uma vasta colônia agrícola baseada na pequena propriedade rural. Por motivos climáticos e políticos — o Rio Grande do Sul devido ao crescimento rápido da Colônia Alemã de São Leopoldo receava a “desnacionalização de seus habitantes” (sic!) — Schramm chamava a atenção para a Ilha de Santa Catarina que em conseqüência da pequena capital provincial e de seu pôrto podia garantir também o escoamento dos produtos agrícolas.

Perguntar-se-á qual o motivo ou o interêsse de um tão pequeno estado como Hamburgo numa emprêsa que exigiria um enorme capital sem que promettesse um lucro compensador. O pôrto de Hamburgo tinha sido sobrepujado pela sua rival, a cidade livre de Bremen que então dominava cada vez mais o comércio com o futuroso continente norte-americano, atraindo ainda o transporte da larga corrente emigratória que então se dirigia aos Estados Unidos. Com a fundação de uma extensa colônia agrícola de 10 a 20 mil habitantes na América do Sul, queriam formar um mercado para a crescente indústria alemã e aumentar, conseqüentemente, a exportação dos produtos manufaturados alemães. Calculava-se ainda com dois fatores que a emigração norte-americana não oferecia: o Brasil não possuia indústria própria e os alemães estabelecidos numa grande colônia e num ambiente muito mais estranho do que nos Estados Unidos iriam conservar por muito mais tempo a sua cultura e língua originais e, por êste motivo, lógicamente, também as relações comerciais com o país de origem. O ponto de vista nacional não desempenhava, portanto, aquêlê papel que posteriormente lhe foi atribuído por “nativistas” brasileiros e nacionalistas alemães que, aliás, com raras exceções excluíram expressamente quaisquer veleidades de dependência política dos emigrantes, falando de uma colonização grega, que conservara exclusivamente os laços culturais com a mãe-pátria.

Considerava-se, todavia, a emigração também do ponto de vista social e filantrópico que sobrepujava o nacional, pois, receiava-se naquela época o aumento da classe inferior que criaria (cf. a revolta dos tecelões silesianos) dificuldades e até perigos sociais. O crescimento desta camada dos “deserdados” faria ainda pressão sôbre a camada média, obrigando parte desta à emigração; calculava-se que os 60 a 80.000 emigrantes

alemães levariam consigo 15 milhões de tálers que contribuíam para o fortalecimento da indústria concorrente nos Estados Unidos. A emigração dirigida de elementos provenientes da classe proletária daria a êstes a possibilidade de ascensão, significando, portanto, para a indústria alemã precisamente o contrário, isto é, um nôvo mercado consumidor.

Eram estas as idéias que motivavam, em 1846, a fundação da primeira "Sociedade de Emigração em Hamburgo" com o capital de um milhão de marcos, e a qual desapareceu alguns anos mais tarde por falta de êxito nas suas negociações com o govêrno brasileiro que rejeitava a subvenção esperada, e com o filho do rei-cidadão Luís Filipe de França, casado com a irmã de D. Pedro II, Dona Francisca de Alcântara. Sòmente após o fracasso da revolução alemã de 1848-1849, a realização da idéia acima exposta teve novos adeptos entre os hamburgueses. Foram a firma Christian Mathias Schröder, representada na Cidade Livre pelo senador de nome idêntico, seu titular, e no Brasil por seus filhos, o cônsul geral de Hamburgo, Hermann Schrörer e o comerciante Eduardo Schröder, e mais Adolph Schramm e Georg Schröder, parente afastado dos outros Schröders, que constituíam o **Colonisations Verein von 1849 in Hamburg**, a Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo. Entrentes o rei-cidadão tinha sido deposto e o seu filho não temia mais as censuras de seus compatriotas por entregar a propriedade de sua mulher a alemães. Cedia à Sociedade mencionada gratuitamente parte de suas terras no nordeste catarinense numa extensão de 9 léguas quadradas ou seja 14.500 hectares, a escolher, de uma área de 11 léguas quadradas, reservando-se o príncipe e a sua espôsa 5 hectares na cidade a fundar e 500 hectares de terras agrícolas e a exploração de eventuais tesouros subterrâneos. A área líquida à disposição da Sociedade montava, portanto, em 13.995 hectares, e não ultrapassava a propriedade de um grande magnata alemão. O príncipe comprometia-se, todavia, a ceder depois de começar a colonização mais 12 léguas quadradas (19.200 hectares) sob as condições abaixo mencionadas, porém contra o pagamento de 10 francos por hectare, especulando, portanto, com a valorização de suas terras, então completamente abandonadas e praticamente sem valor econômico algum.

As condições que o contrato entre os hamburgueses e o príncipe estipulava eram as seguintes: a Sociedade se obrigava a estabelecer no primeiro ano 100, no segundo 200 e nos três seguintes 400 colonos de qualquer sexo e idade e de su-

pri-los com tudo o que fôsse necessário para a sua manutenção até que os advenas conseguissem manter-se com colheitas próprias. A Sociedade tinha ainda que construir as estradas principais, cuidar da possibilidade do aproveitamento dos rios como veículos de transporte, de erigir igrejas e escolas, contratar pastores e professôres. Os colonos dos quais se exigiria absoluta probidade e idoneidade deviam pagar a sua passagem (55 tálers de Hamburgo até a colônia) e provar a posse de uma reserva de 20 tálers; podiam, todavia, receber adiantamentos e deviam pagar pequena contribuição para a manutenção das instituições comunais. Agora o govêrno imperial do Brasil fazia também de sua parte algumas concessões; dispensava os colonos pelo prazo de 10 anos do pagamento de impostos diretos e do serviço militar. Garantia-lhes ainda o livre exercício de qualquer confissão religiosa e proibia-se a instrodução de escravos.

As primeiras investigações da área fizeram-na os dois filhos do senador Schröder, apoiados pelo dr. Köstlein e um engenheiro que começava com o loteamento, a derrubada das matas e a construção de algumas casas. Quanto ao financiamento desta emprêsa de vulto que não prometia lucros aos seus idealizadores, comerciantes experimentados, o balanço de 1851 calculava as despesas em 393.000 marcos a realizar-se da seguinte maneira: a emissão de 1.000 ações no valor de 200 marcos cada e a pagar só pela metade. A cidade de Joinville deveria abranger 1.000 lotes de um "Morgen" a serem vendidos em parte por 25 e em parte por 5 tálers. Os lotes agrícolas ceder-se-iam por 2 tálers em geral e os de qualidade superior por 3 tálers. No caso de uma liquidação total dos lotes podia contar-se, portanto, com uma receita de 318.000 marcos. Ao lado das despesas apareciam os ordenados para o diretor, o engenheiro, o almoxarife, o jardineiro da horta experimental, subvenções para o médico, o farmacêutico e — caso o govêrno brasileiro recusasse esta responsabilidade — para o pastor e o professor, despesas para as construções, as estradas, os derubamentos, uma importância considerável para adiantamentos, etc. Como se percebe, a idéia da colonização dos hamburgueses, apesar de basear-se nos princípios capitalistas, era imbuída do senso comum e do patriarcalismo dos seus antepassados. E parece até que o prof. P. E. Schramm está com tôda a razão quando afirma que

"os primeiros advenas encontravam tudo melhor preparado do que em Blumenau".

E um periódico da época, o **Grenzbote**, dizia:

“Se jamais uma obra colonizadora em grande escala foi empreendida de maneira conscienciosa, cautelosa e altruista e em proporção adequada aos meios a disposição para a empresa projetada, então será esta (...), fazendo aqueles homens (...) jus à gratidão de todos os alemães. Esta é a melhor realização do comerciante, se liga as suas empresas de uma maneira magnífica a sua própria vantagem com resultados que produzem a felicidade e a sorte de muitos”.

Mas quem, perguntamos nós, lembra-se hoje ainda daqueles poucos hamburgueses os quais, ao que se sabe, não tiveram lucro algum com aquêlê empreendimento que fêz a felicidade de tanta gente? Sabe-se, isto sim, que houve entre êles quem sacrificou mais 100.000 réis, importância de vulto para a época, permanecendo o seu nome na penumbra impenetrável da história. Oxalá que os joinvilenses na próxima oportunidade se recordem dêstes fundadores da colônia de Dona Francisca.

C. H. OBERACKER JÚNIOR

da Sociedade de Estudos Históricos